

Após recesso, novo JORNAL DE BRASÍLIA *Senado* esforço concentrado

O esforço concentrado realizado esta semana pelo Senado e que estava previsto para ser o último do ano poderá ser repetido após o recesso parlamentar de julho, porque alguns projetos importantes não chegaram a ser votados, como o que suspende as ações de despejo até março de 1987 e o que proíbe a demissão imotivada de trabalhadores.

A tentativa de desobstrução da pauta, no entanto, não foi totalmente frustrada. Do ponto de vista político, foi eliminado o maior fator de atrito com o governador Leonel Brizola, o pagamento dos **royalties** aos Estados produtores de petróleo na Plataforma Submarina, que beneficia principalmente o Estado do Rio de Janeiro. Vários Estados foram autorizados a contrair empréstimos e empresas estatais foram autorizadas a captar novos créditos para a expansão de seus serviços, a exemplo do que aconteceu com a Eletrobrás (Cz\$ 19,5 bilhões), e com o Serviço de Água e Esgotos de São Paulo (Sabesp) — Cz\$ 1,5 bilhão.

Projeto de caráter nitidamente eleitoral, de autoria

do líder do PSB, senador Jamil Hadad, ao ser aprovado, tornou proibido, nos 60 dias anteriores às eleições, toda e qualquer propaganda ou publicidade de obras e serviços patrocinados por órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta, municipal, estadual ou federal e, ainda, por empreiteiras, desde que contenha referências, alusões ou nomes que induzam ao favorecimento eleitoral a candidatos ou partidos políticos. Outro projeto, também de autoria do senador Jamil Hadad, suprimiu o favorecimento indireto aos locutores, apresentadores, narradores ou animadores de rádio e TV, através da proibição do desempenho daquelas atividades nos dois meses que precedem a eleição de 15 de novembro, desde que sejam candidatos a cargos eletivos.

Dos projetos mais importantes aprovados esta semana pelo Senado destacam-se o que concebe subsídios para os produtores de leite, com o que o Governo espera normalizar a situação do abastecimento daquele produto, e o projeto do Executivo, conhecido como Lei Sarney.

28 JUN 1986